

Alimentação escolar saudável: desenvolvimento regional

Marlova Elizabete Balke¹, Alexandra Balke Cavassola², Juliana Carla Giroto³, Caroline Samojeden⁴

RESUMO

A escola é um ambiente ideal para se desenvolver ações além da educação formal e curricular, entre elas a promoção à saúde, na perspectiva de uma alimentação saudável. Portanto, relacionando as ações de ensino do IFRS - Campus Erechim, as quais envolvem temas transversais, o projeto de extensão desenvolvido agregou conhecimento tanto a discentes da instituição, como à comunidade externa. O objetivo principal foi de procurar implementar hábitos alimentares condizentes com um bom estado nutricional, dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar, aos estudantes, professores e comunidade escolar de Escolas Estaduais de Ensino Básico, procurando a melhora da qualidade de vida dos envolvidos, direta e indiretamente, nas atividades realizadas. Desta forma, com as ações desenvolvidas foi possível articular a educação para uma alimentação saudável com perspectiva frente ao desenvolvimento local através da aquisição de produtos da merenda escolar da agricultura familiar.

Palavras-chave: Merenda escolar. Agricultura familiar. Extensão. Alimentos.

Introdução

Acreditando que a escola é o local onde a criança tem o primeiro contato efetivo com a sociedade e hábitos que serão levados ao longo da vida, o projeto de extensão procurou trazer para alunos, professores e comunidade escolar o tema alimentação saudável, aliado ao desenvolvimento local, levando em conta a Lei nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O principal objetivo do projeto foi implementar hábitos alimentares condizentes com um bom estado nutricional aos estudantes e comunidade envolvida das Escolas Érico Veríssimo – Erechim, e Escola Bandeirantes – Sertão. Tendo em vista que as duas escolas são da rede pública de ensino e que parte desses alunos se encontram em vulnerabilidade social, a

¹ Doutora em Engenharia de Alimentos. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Erechim. marlova.balke@erechim.ifrs.edu.br

² Voluntária da ação. xandalbalke@gmail.com

³ Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Erechim. juliana.giroto@erechim.ifrs.edu.br

⁴ Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Erechim. caroline.samojeden@erechim.ifrs.edu.br

relevância do projeto se apresenta no intuito de evitar a evasão dessas crianças e despertar e manter hábitos de alimentação saudável.

Assim, realizou-se estudo bibliográfico para domínio do assunto, tanto pela bolsista selecionada como pela equipe do projeto, já que os alunos encontram-se em idade de muita curiosidade e questionamentos, além de atividades com professores e estudantes, aplicação de questionários e tabulação de dados sobre a aceitação dos mesmos, em relação à merenda disponibilizada pela escola.

Para registrar as ações houve a criação de um blog, o qual foi pensado para envolver os alunos e comunidade externa em todas as atividades realizadas pela equipe do projeto, com relatos das ações e resgates de receitas de alimentos saudáveis, o link para acesso: [<http://projetoalimentacaoifrs.blogspot.com.br/>](http://projetoalimentacaoifrs.blogspot.com.br/).

Os resultados do projeto começaram a aparecer já no primeiro encontro realizado nas escolas, quando apresentou-se para os professores e funcionários informações sobre o PNAE, influenciando na formação continuada destes profissionais e conseqüentemente nos saberes voltado aos estudantes com as quais convivem diariamente. O desenvolvimento local também abordado, visto que parte dos alimentos servidos na merenda é proveniente da agricultura familiar, de acordo com a legislação. Além disso, foram realizadas atividades sobre compulsão alimentar com alunos da faixa de 11 e 12 anos.

Cada etapa realizada agregou pontos positivos para a reeducação alimentar dos estudantes, no incentivo e conscientização da sua importância para os professores.

Sujeitos envolvidos

Ao desenvolver o projeto foi possível contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis aos estudantes e professores do ensino fundamental de escola pública: Escola Estadual de Ensino Fundamental Bandeirantes, figura 1 e Escola Estadual Érico Veríssimo, figura 2, tendo em vista a necessidade desses estudantes quanto ao tema, pois são oriundos em sua maioria de famílias de baixa renda.

📍 **Figura 1.** Professores da Escola Estadual Bandeirantes. **Fonte:** autoras do projeto.





↑ **Figura 2.** Professores da Escola Estadual Érico Veríssimo. **Fonte:** autoras do projeto.

Além de outras ações de extensão que foram desenvolvidas, procurou-se proporcionar uma prática acadêmica, interligada com o ensino e pesquisa, a discentes de cursos superiores das diversas áreas, oferecidas pelo *Campus* IFRS Erechim do IFRS, os quais além de atuarem como bolsistas no projeto puderam participar de palestra na semana da alimentação.

Na perspectiva de atender às demandas da comunidade, assim como às relevâncias sociais, econômicas e acadêmicas, e visando atingir, principalmente, estudantes de escola pública, oriundos de famílias de baixa renda, atendendo ao Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, a qual afirma que “Os Institutos Federais têm por finalidades e características:[...] IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IF; [...] VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, palestra, oficinas, aplicação de questionário com posterior análise estatística.

Algumas ações desenvolvidas

Considerando que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade do ser humano e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;(RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013).

Então, procurou-se, através de palestras, abordar os conceitos básicos de alimentação saudável, primeiramente com os professores e funcionários da Escola Estadual Bandeirantes de Sertão e,

posteriormente, com a Escola Érico Veríssimo em Erechim, em que foi realizada uma apresentação sobre o assunto e roda de conversa sobre o tema.

Levando em conta que compulsão alimentar é uma doença séria, e ainda considerada um tabu entre adolescentes e adultos, foram realizadas atividades com os estudantes envolvidos, tratando das causas, sintomas, prevenção e cine conhecimento. Nessa atividade, houve a participação de uma psicóloga, o que enriqueceu ainda mais o momento, agregando conhecimento e experiência técnica. Na figura 3, observa-se a realização da atividade.

📌 **Figura 3.** Professores da Escola Estadual Érico Veríssimo. **Fonte:** autoras do projeto.



Como um dos objetivos do projeto era incentivar o consumo de alimentos saudáveis e provenientes da agricultura familiar, desenvolveu-se com os estudantes, uma oficina de suco com aproveitamento de frutas e folhas. Na oficina, os estudantes, divididos em grupos, tiveram a oportunidade de fazer combinações que julgaram adequadas. A atividade foi muito enriquecedora, pois despertou a criatividade e a curiosidade deles, e o resultado foi surpreendente. Além disso, os grupos elaboraram cartazes listando os ingredientes dos sucos feitos. Também, com as merendeiras da escola, realizou-se outra oficina com a técnica de secagem de frutas, podendo desta forma aproveitar os alimentos de forma saudável, valorizando a merenda oriunda da agricultura familiar, procurando implementar hábitos mais saudáveis. Na figura 4, visualiza-se os estudantes realizando a oficina de sucos.

📌 **Figura 4.** Oficina de sucos com aproveitamento de frutas e folhas. **Fonte:** autoras do projeto.

No início do projeto foi criado um blog, com o objetivo de ter mais uma ferramenta para trabalhar com os estudantes e dar acesso a todos que quisessem se informar mais sobre o assunto, bem como verificar as receitas que haviam compartilhado, em uma atividade de resgate das mesmas. Desta forma, durante todo desenvolvimento do projeto, o blog foi atualizado com o resumo das atividades realizadas e dicas para uma alimentação saudável.

Alguns resultados obtidos

A apresentação sobre o PNAE pode agregar mais conhecimento para o público, que não tinha muito acesso a essas informações, o que traz como grande resultado um maior entendimento e clareza para tratar desses assuntos com os estudantes, e poder estimulá-los de forma correta. No gráfico 1, observa-se a análise estatística dos dados obtidos, quando da aplicação do questionário juntamente aos estudantes, com relação a merenda escolar.

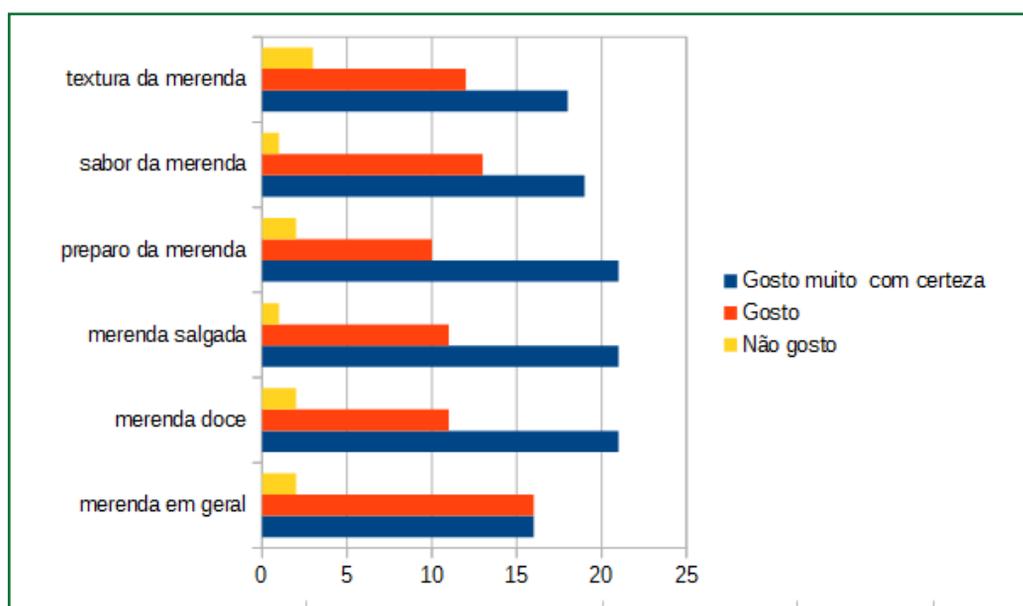


Gráfico 1. Ponto de vista dos estudantes quanto a merenda escolar. Fonte: autoras do projeto.

Assim, verificou-se o interesse e curiosidade mostrado pelos estudantes, o que nos motiva a sempre procurar saber e desenvolver novas atividades.

Considerações finais

O processo ensino-aprendizagem na extensão proporcionou a interação entre estudantes e professores da rede pública estadual com estudantes e técnicos administrativos em educação do IFRS *Campus* Erechim, construindo conhecimento e trocas de experiência, tendo em vista que houve diferentes momentos de socialização do projeto, tanto para comunidade interna como para a comunidade externa.

Nesse sentido, cabe destacar que com o desenvolvimento do projeto, observou-se o crescimento da bolsista, quanto ao hábito de pesquisa, estudo, desenvoltura, comunicação com o público externo, na construção de relações e comunicação com a comunidade, nas atividades de pesquisa de campo,

uso de novas tecnologias, desenvolvimento de escrita e análise estatística e representação gráfica, assim como exposição oral, o que evidenciou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, com a realização do projeto e a construção do blog difundiu-se o conhecimento livremente para estudantes, professores e comunidade, pois ao acessá-lo, se pode conhecer a respeito da legislação do PNAE, as atividades efetivadas durante a realização do projeto, assim como o resgate de receitas, valorizando a cultura local. ■

Referências

BRASIL. Casa Civil. Decreto N° 591, de 6 de julho de 1992. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: mar. de 2015.

BRASIL. Casa Civil. Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: fev. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual de Orientação para a Alimentação Escolar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos**. Organizadores Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos et al. 2ª ed. Brasília: PNAE: CECANE-SC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução N° 26 de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação escolar - PNAE**. Disponível em: http://portal.seduc.go.gov.br/Paginas/Merenda/Documentos/Anexo1_Resolucao_n_26.pdf. Acesso em: jan. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei N° 11.892/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: set. de 2017

ONU. 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: jan. de 2015.